

António Fidalgo, *Semiótica*  
– *A lógica da comunicação*, Covilhã,  
Universidade da Beira Interior,  
1995, 132 pp.

1. António Fidalgo apresenta em livro o relatório que preparou para o concurso de professor associado na área de Sociologia e Comunicação Social, aberto pela Universidade da Beira Interior, em 1994. A *Semiótica* é, no plano de estudos do curso de licenciatura de Comunicação Social da UBI, uma disciplina anual, leccionada opcionalmente no 3.º ano.

2. Da proposta inicial apenas são retiradas as partes de carácter declaradamente pedagógico, especificamente o capítulo onde são apresentadas as razões de pertinência da *Semiótica* na estrutura do curso, e aquele que dá conta das regras pedagógicas e de avaliação que presidem ao ensino-aprendizagem desta disciplina. Compõem o livro um prólogo e oito capítulos. Aí são expostas, pormenorizadamente, as escolhas científicas feitas e a bibliografia a utilizar, seguindo um percurso que contempla as duas tradições da disciplina, a tradição anglo-saxónica, de origem lógica e matemática, e a tradição da Europa continental, de origem linguística.

3. O livro surge-nos, na sua inteireza, como uma proposta científica pautada pelo equilíbrio e pelo rigor. Há coerência nas escolhas feitas, por muito pessoais que tenham sido (e estou a pensar especificamente nas referências feitas a Husserl), e por muito distintas daquelas que sem dúvida o autor desta recensão não deixaria de ter feito.

3. 1. Tendo em atenção os objectivos desta publicação, é de enaltecer o

carácter didáctico que António Fidalgo empresta à exposição de grande parte das matérias. Assim, permito-me destacar, pela clareza expositiva, a secção onde trata de «Peirce e do pragmatismo como lógica da abdução» (pp. 43-54), a secção sobre «A pansemiotização de Barthes» (pp. 70-76) e os capítulos sobre «Os actos de fala. A linguagem como acção» (pp. 89-91) e «A pragmática universal» (pp. 93-107).

4. Não estando nunca em causa o mérito científico da proposta de programa apresentado para a disciplina de *Semiótica*, gostaria de discutir alguns pressupostos que presidiram à sua construção. Há, com efeito, na *semiótica* horizontes para que, indubitavelmente, este livro não remete e que julgo poderem complexificar, dinamizar e flexibilizar o percurso delineado.

5. Embora reconhecendo que a *semiótica* tem uma dupla origem, a origem lógico-matemática e a origem linguística, António Fidalgo mostra-se convencido da «absorção da semiologia linguística pela *semiótica* filosófica» (p. 19). E o que é que entende por *semiótica* filosófica? Precisamente a lógica da comunicação, o que quer dizer, a investigação das «formas puras» ou dos «quadros categoriais» da comunicação (pp. 6 e 7), enfim, a investigação, de um ponto de vista formal, dos pressupostos e das estruturas de todo o processo comunicativo (p. 6). Este ponto de vista é, aliás, consonante com a caracterização de *semiótica*, que é feita logo no prólogo, a de «um *organon* das ciências da comunicação», sendo entendido *organon* nos exactos termos de Aristóteles e Kant, como

conjunto dos princípios formais que presidem à obtenção e sistematização do conhecimento. (p. 5). Nesta perspectiva, nem mesmo a pragmática semiótica se furta a uma análise «de natureza lógico-formal», ou seja, não psicológica, não sociológica, não cultural (pp. 7 e 85).

5. 1. O percurso assim traçado para a disciplina de Semiótica insere-se naquilo que poderíamos chamar, com as palavras de Karl-Otto Apel, de «paradigma proposicional clássico» ou de «paradigma semântico-referencial do *logos* próprio à linguagem humana», um paradigma que na filosofia da linguagem fez o seu curso de Aristóteles até à semântica referencial moderna, derivada de Gottlob Frege («um dos fundadores da filosofia analítica», como é assinalado pelo próprio autor nas pp. 23 e 28). Caracteriza-se este paradigma pela depreciação das funções da linguagem «de natureza puramente pragmática» ou comunicacionais (como o são, para falarmos como Karl Bühler, as funções de expressão e de apelo), em favor da função representacionista das proposições, que são julgadas em termos de verdade e falsidade. Apel vê bem o problema ao assinalar que, a partir de Frege, o paradigma proposicional semântico-referencial é mobilizado, de uma forma ainda mais reforçada, «numa óptica que é a da lógica matemática e a da acusação de psicologismo, lançada contra qualquer reflexão sobre a linguagem centrada no sujeito, a ponto de todas as funções que servem a comunicação e a expressão da subjectividade se verem rigorosamente excluídas da tematização do *logos* próprio à linguagem». No prolongamento de Frege,

com efeito, o positivismo lógico do primeiro Wittgenstein e de Carnap veio a conceber-se como uma lógica da linguagem e como uma lógica da ciência. É neste aspecto que o seu programa se conjuga, no quadro da *International Encyclopedia of Unified Science*, com a semiótica do pragmatismo americano. Assim, é justamente o esquema de uma pragmática empírica e de uma pragmática formal, desenvolvido por Carnap e Morris, que catapulta para a sua cúspide o paradigma do *logos* semântico-referencial, interpretado por um lado no sentido matemático-formal, e por outro, no sentido de uma redução empírica semântico-referencial das possibilidades de sentido da língua natural, que deste modo se vê privada do seu carácter reflexivo ou auto-referencial.

5. 2. Optando pelo paradigma semântico-referencial e desenvolvendo-o meticolosa e consistentemente (centrando a atenção sobretudo em Frege e Morris e passando ao de leve por Wittgenstein, Carnap e Tarski), António Fidalgo não dá todavia conta da deslocação entretanto operada pelo *pragmatic turn* no seio do *linguistic turn* da filosofia analítica. A ideia expressa de que a sintaxe constitui «a parte mais desenvolvida da semiótica» (p. 79) só pode ser entendida neste enquadramento. Fala-se hoje do *pragmatic turn* tendo como referência, antes de mais, a direcção inaugurada pelo segundo Wittgenstein, a orientação da *ordinary language philosophy*, centrada no uso da linguagem e, neste contexto, a teoria dos actos de fala, fundada por Austin e Searle. Trata-se, com efeito, de uma perspectiva «em que o

conceito de racionalidade da sintaxe lógica e da semântica lógica dos sistemas de linguagem foi integrado ou ultrapassado pelo conceito de racionalidade do uso humano da linguagem, quer dizer, pelo conceito de racionalidade argumentativa». Neste contexto, *The uses of argument* de Stephen Toulmin, que data de 1958, é uma referência obrigatória.

5. 3. Esta deslocação de paradigmas permite entretanto uma leitura da semiótica peirciana que ultrapassa sem dúvida as fronteiras lógicas da semântica referencial, para onde a remeteu a semiótica tridimensional de Morris e a sua recepção e interpretação por Carnap, numa leitura que é aliás da simpatia de António Fidalgo. Neste sentido, pode dizer-se que, em termos peircianos, todo o uso da linguagem, quer dê lugar a uma expressão pública ou a um uso mudo, deve ser concebido como uma instância do processo triádico de interpretação dos signos, isto é, como uma instância de um processo de comunicação implícita. À luz da semiótica de Peirce, pode dizer-se igualmente que, tal como na teoria dos actos de linguagem, a fixação linguístico-convencional da força ilocucionária do discurso remete para a função de comunicação da língua. Mas não é tudo. Também é remetida para a função de comunicação da língua a fixação do valor intersubjectivo do sentido dos símbolos conceptuais, os quais contribuem para a função de representação das proposições. Quer isto dizer que, também em termos peircianos, a função de representação das proposições não remete unicamente para uma função simbólica, interpretável segundo os critérios

da semântica referencial. Remete igualmente para as funções de expressão subjectiva e de apelo comunicativo, que pertencem ao entendimento comunicacional do sentido das coisas.

5. 4. Por outro lado, mesmo através dos seus desenvolvimentos em Richard Rorty, o *pragmatic turn* converge, pelo menos num ponto, com a hermenêutica europeia de Heidegger e Gadamer, a saber, no desafio actual de uma crítica da razão, pelo apelo a uma representação dos horizontes da pré-compreensão, entendida como uma «pré-estrutura» da factualidade do ser-no-mundo-que-compreende, estrutura essa que é pressuposta não apenas pelo entendimento mútuo, como também pela discussão argumentada. É esse o motivo, aliás, que leva Apel a considerar-se herdeiro, com Habermas, da viragem pragmático-hermenêutica da filosofia actual e que, de parceria com Habermas, o faz estar de acordo com Wittgenstein, Heidegger, Gadamer, Searle, e mesmo com Rorty.

5. 5. Às filosofias da consciência (Descartes, Kant e Husserl), «que buscam na imanência do vivido a verdade das ideias», contrapõe António Fidalgo o *linguistic turn*, entendido como uma «objectividade» assente «na positividade da língua» (p. 22). E especifica: «a estrutura do pensamento só é acessível através da análise da estrutura da frase e da língua» (que nos dá «a verdade das ideias», entenda-se, a objectividade).

O *linguistic turn* é uma teoria da significação fundada na linguagem, mas no contexto em que esta expressão é referida (capítulo 2, intitulado «A origem lógica da semiótica contemporânea»), parece não haver dúvida

de que a estrutura do discurso é entendida apenas em termos proposicionais. Quando lemos «análise da estrutura da frase e da língua» é apenas de lógica que se trata. É também este o ponto de vista defendido em 4. 4., sendo a pragmática aí perspectivada em termos lógico-analíticos (p. 85). Aponta ainda neste sentido 6. 1. A «pragmática universal», a que se refere o capítulo 6, começa precisamente pela análise daquilo que é proposto como uma «lógica dos enunciados» (p. 93). É verdade que mais à frente, ainda a propósito da pragmática universal, se fala da «dupla estrutura da fala» (pp. 97-98), isto é, da dupla estrutura complementar performativa e proposicional do discurso. Tal circunstância deve-se todavia ao facto de o autor seguir de perto, parafraseando-o, o texto habermasiano, como refere na nota 191.

5. 6. Com a introdução do tema da pragmática universal, dá-se no entanto a assunção na obra das teses mais recentes do *pragmatic turn* (uma teoria da intenção fundada na acção). Esta assunção, aliás, é preparada no capítulo anterior, onde António Fidalgo resume sucintamente a teoria dos actos de fala, formulada por Austin, cujos cursos foram publicados a título póstumo em 1962, com o título *How to do things with words*. Inflecte-se assim, inesperadamente e sem qualquer explicação, do paradigma proposicional da filosofia da linguagem, até então tenazmente defendido, no sentido do paradigma pragmático. Dado que há uma deslocação de um paradigma para outro, e por razões que se prendem com a consistência da proposta apresentada, haveria vantagens em que esta inflexão fosse esclarecida no texto.

5. 7. É de assinalar também que, sendo a pragmática da comunicação entendida no sentido de «ética da discussão» ou de «ética da comunicação», uma criação conjunta de Habermas e de Apel, através de um debate prolongado, cheio de vivacidade e de discordâncias declaradas, seria justificada a referência explícita ao contributo de Apel, que é o de uma «semiótica transcendental».

Para evitar aquilo que chama de «autocontradição pragmática», Apel propõe, com efeito, uma pragmática transcendental, em lugar da pragmática universal de Habermas. Quer isto dizer que, diferentemente de Habermas, que caracteriza como universais as pretensões à validade do discurso, Apel dá-lhes um carácter de necessidade. Ninguém pode subtrair-se às pretensões universais de validade do discurso, diz, sem cair em autocontradição pragmática. São pois pretensões necessárias, a pretensão à verdade intersubjectivamente válida das proposições, a pretensão à exactidão normativa intersubjectivamente válida dos actos de linguagem como actos de comunicação social, a pretensão à sinceridade das expressões de intenções subjectivas, que fazem apelo a um reconhecimento interpessoal, e ainda, a pretensão de significado, isto é, a pretensão à validade de sentido intersubjectivamente idêntico.

5. 8. No que respeita à semiótica de origem linguística, chamada semiologia, no seguimento de Saussure e de Barthes, o autor dá acolhimento à distinção estabelecida por Georges Mounin entre semiologias da comunicação e semiologias da significação (p. 12), contrariando aliás a ideia

por si formulada, logo à partida, de que a comunicação se deve colocar sob a égide da significação (p. 7). E, com efeito, se distinção pode ser feita com pertinência é entre uma tradição anglo-saxónica, que coloca a comunicação na alçada da teoria do conhecimento (o que, aliás, está dito na página 18), e uma tradição europeia continental, que remete os estudos da comunicação para uma teoria da significação.

5. 9. Pese embora o mérito das páginas que dedica à semiologia francesa, não deixa de se estranhar que António Fidalgo a reduza a Saussure e a Barthes. Saussure fez nascer, com o século, a linguística moderna; e Barthes não pode representar adequadamente a semiologia através das *Mythologies* e dos *Eléments de sémiologie*. Esta obra tem um carácter acentuadamente didáctico e é de 1964; aquela, centrada na análise da mitologia do quotidiano em França, é de 1957.

É sobretudo notória a omissão da semiótica da escola de Paris, que tem em Algirdas Greimas o seu expoente, e que é talvez a mais importante tradição semiótica europeia, dado que nela confluem as águas do formalismo russo e da glossemática hjelmsleviana. Do mesmo modo, não é feita qualquer referência às teorias argumentativas, nomeadamente às teorias de Anscombe e de Ducrot. Acima de tudo, ressalta nestas páginas consagradas à semiótica europeia uma orientação que já tinha sido tomada no que respeita à semiótica anglo-saxónica. Refiro-me ao facto de se evitar qualquer reflexão sobre a linguagem que se centre na enunciação. Assim, os contributos de Benveniste e das teorias enunciacionistas são por inteiro omitidos.

6. E concluo esta recensão. É meu entendimento que a proposta de uma semiótica lógica enferma de alguma rigidez epistemológica. Com efeito, remeter a comunicação para o modelo exclusivo da racionalidade da sintaxe e da semântica lógicas é reduzir a significação à sua estrutura objectiva, proposicional, como se na significação alguma vez fosse possível isolar «um sector objectivo» que não estivesse «contaminado por intenções pragmáticas».

Uma ressalva, no entanto. As minhas discordâncias, dúvidas e sugestões, que remetem a semiótica para horizontes que a proposta formulada não comporta, não podem nunca ensombrar a qualidade, o mérito e a originalidade inegáveis de *Semiótica, A lógica da comunicação*. Talvez mesmo os evidenciem mais. Todos sabemos como na discussão científica o desacordo é, geralmente, mais estimulante que o acordo. A discordância revela dificuldades e tensões dentro do campo em discussão e exige novas abordagens, novos desenvolvimentos, novas explorações. A qualidade científica de um texto não exige a concordância da totalidade ou da maioria dos seus leitores. *Semiótica. A lógica da comunicação* não foge à regra. Sendo uma obra notável, tem em mim um leitor apaixonado. Mas tem-me igualmente como um leitor em desacordo.

Moisés de Lemos Martins